



**PARECER PRÉVIO Nº 3/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11865/2017.**

**Apensos:** Processo nº 11763/2017, 11760/2017, 14763/2016, 10069/2017 e 10195/2017.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Marlene Gonçalves Cardoso (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** Yuri Dantas Barroso – OAB/AM 4237, Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes – OAB/AM 4976, Alexandre Pena de Carvalho – OAB/AM 4208, Clotilde Miranda Monteiro de Castro – OAB/AM 8888, Carlos Edgar Tavares de Oliveira – OAB/AM 5910, Simone Rosado Maia Mendes – OAB/AM A666, Brenda de Jesus Montenegro – OAB/AM 12.868, Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior – OAB/AM 14.182 e Giordano Bruno da Costa Cruz – OAB/AM A761.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 476/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais. Determinação.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Jutai, na competência atribuída pelo art. 11, inc. II, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, referente ao exercício de 2016, Gestão da **Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;

**10.2. Determinar** à Câmara Municipal de Jutai, o cumprimento do art. 127, §§ 5º e 6º da CE/AM, em especial o **prazo de 60 dias** para julgar o Parecer Prévio deste Tribunal;



**PARECER PRÉVIO Nº 3/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- **Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 10 de Março de 2020.  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).  
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 3/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 3/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11865/2017.**

**Apensos:** Processo nº 11763/2017, 11760/2017, 14763/2016, 10069/2017 e 10195/2017.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Marlene Gonçalves Cardoso (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Yuri Dantas Barroso – OAB/AM 4237, Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes – OAB/AM 4976, Alexandre Pena de Carvalho – OAB/AM 4208, Clotilde Miranda Monteiro de Castro – OAB/AM 8888, Carlos Edgar Tavares de Oliveira – OAB/AM 5910, Simone Rosado Maia Mendes – OAB/AM A666, Brenda de Jesus Montenegro – OAB/AM 12.868, Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior – OAB/AM 14.182 e Giordano Bruno da Costa Cruz – OAB/AM A761.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 476/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2016.

Irregularidade. Revelia. Alcance. Multa.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Jutai, referente ao exercício de 2016, tendo como responsável a **Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das irregularidades supracitadas;

**10.2. Considerar revel** a **Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender às notificações desta Corte de Contas;



**ACÓRDÃO Nº 3/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 3/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.3. Considerar em Alcance a Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, no montante de **R\$ 5.175.822,28** (cinco milhões, cento e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), nos termos do art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos abaixo discriminados, que devem ser recolhidos, **no prazo de 30 dias**, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Jutai, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

**10.3.1. No valor de R\$ 753.077,97**, pela movimentação bancária, após o final de mandato, realizada nas contas bancárias do Banco do Brasil, agência 1525-3, conforme item 20 da fundamentação do Voto;

**10.3.2. No valor de R\$ 1.667.706,68**, decorrentes dos registros no Demonstrativo das Receitas e Despesas com manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE - RREO – Anexo VIII – art. 72 (R\$ 1.764.493,89) e no Anexo VI da Res. 11/2012 (R\$ 96.787,21), conforme item 30 da fundamentação do Voto;

**10.3.3. No valor de R\$ 986.757,88**, acerca dos aspectos físicos – vistoria in loco, da Tomada de Preços nº 01/2016, quanto à ausência do Projeto Básico e os demais documentos necessários, que inviabilizou a inspeção física do objeto, pois prejudicou a identificação dos tipos, quantidades e os locais beneficiados com os supostos serviços contratados, conforme item 46, da fundamentação do Voto;

**10.3.4. No valor de R\$ 922.300,64**, acerca dos aspectos físicos – vistoria in loco, da Tomada de Preços nº 002/2016, quanto à ausência do Projeto Básico e os demais documentos necessários, que inviabilizou a inspeção física do objeto, pois prejudicou a identificação dos tipos, quantidades e os locais beneficiados com os supostos serviços contratados, conforme item 49, da fundamentação do Voto;

**10.3.5. No valor de R\$ 613.607,65**, acerca da ausência da documentação necessária para comprovar o regular uso do dinheiro público na formalização e execução do Pregão nº 15/2015, conforme os itens 50.1 a 50.5 da fundamentação do Voto;

**10.3.6. No valor de R\$ 232.371,46**, pela ausência de justificativa quanto aos elementos comprobatórios da regular aplicação dos recursos, referentes às Obras e Serviços de Engenharia (comparativo da despesa autorizada x realizada), sem a apresentação dos processos completos que deram origem e legitimaram tais despesas, conforme o item 51 da



**ACÓRDÃO Nº 3/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 3/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

fundamentação do Voto.

**10.4. Aplicar Multa à Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e ordenadora de despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, I “a”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, pelo descumprimento do prazo e/ou ausência na inserção dos dados contábeis (janeiro a dezembro/2016), perfazendo o montante de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), constante no item 12, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Aplicar Multa à Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e ordenadora de despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, I “b”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c 308, inciso I, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM pelo descumprimento do prazo e/ou ausência de envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (1º ao 6º bimestres/2016), perfazendo o montante de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), constante no item 1, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.6. Aplicar Multa à Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e





**ACÓRDÃO Nº 3/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 3/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

ordenadora de despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, I “c”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso I, “c”, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM pelo descumprimento do prazo e/ou ausência do envio dos Relatórios de Gestão Fiscal (1º e 2º semestres/2016), perfazendo o montante de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), constante no item 4, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEF

AZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a” , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.7. Aplicar Multa à Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e ordenadora de despesas, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº. 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos itens 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 11.1 a 11.15, 13, 14, 15, 16, 16.1 a 16.7, 17, 17.1 a 17.7, 18, 18.1 a 18.2, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 34.1 a 34.4, 35, 35.1 a 35.6, 36, 36.1 a 36.5, 37, 38, 39, 39.1 a 39.6, 40, 41, 42, 43, 44, 44.1 a 44.8, 45, 45.1 a 45.12, 47, 47.1. a 47.9, 48, 48.1 a 48.12, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a” , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



**ACÓRDÃO Nº 3/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 3/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.8. Aplicar Multa à Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, Prefeita e ordenadora de despesas, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, V, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, itens 20, 30, 46, 49, 50.1 a 50.5 e 51, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.9. Determinar** o encaminhamento ao Ministério Público do Estadual, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Março de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral